

A categoria classes e grupos subalternos para o Serviço Social brasileiro¹

Alex Fabiano de Toledo²

Resumo

Este texto tem por objetivo apresentar a investigação sobre a teorização da categoria classes e grupos subalternos de Antonio Gramsci pelo Serviço social brasileiro nas últimas décadas. Apresenta os resultados da pesquisa bibliográfica realizada em publicações do Serviço Social, em que seus autores teorizam a categoria classes e grupos subalternos. Destaca os pontos de convergência e divergência nas teorizações e os apresentam a partir de dois eixos: a forma como teorizam a categoria e a superação da subalternidade. Finaliza apontando a importância desta categoria nos marcos do pensamento gramsciano e para o Serviço Social.

Palavras-chave

Classes e grupos subalternos; subalternidade; Serviço Social.

Category classes and subaltern groups for the brazilian Social Work

Abstract

This text aims to present the investigation on the theorization of category classes and subaltern groups of Antonio Gramsci by the brazilian Social Work in the past decades. It presents the results of bibliographical research performed on Social Work publications, in which the authors theorize classes category and subaltern groups. It emphasizes points of convergence and divergence in the theorizations and the presents them from two forms: the way they theorize category and the overcoming of subalternity. It concludes by pointing out the importance of this category in the mark of the Gramscian thought and for Social Work.

Keywords

Classes and subaltern groups; subalternity; Social Work.

Introdução

Encontramos com certa regularidade na produção teórica do Serviço Social brasileiro o uso do termo subalterno, subalternidade e classes subalternas, no entanto, poucos são os trabalhos que conceituam ou teorizam esta categoria, principalmente referenciando-a ao pensamento de Antonio Gramsci.

A difusão desta categoria se deve aos estudos do coletivo *Subaltern Studies*³ que, segundo Liguori (2011, p. 34), teve o mérito de chamar a atenção dos estudiosos para a categoria classes e grupos subalternos no pensamento de Antonio Gramsci. A partir de suas reflexões, afirmavam a necessidade e importância de “uma historiografia não limitada à ação das elites ou das classes dirigentes, que levasse em conta também em algum caso ou sobre tudo a história dos grupos sociais subalternos”.

Na atualidade encontramos o termo subalternidade ligado às questões de gênero, raça, etnia, opção sexual, credo religioso, bem como para designar um grupo que não goza de meios econômicos suficientes para ter uma vida digna, ou seja: seu emprego abrange um amplo leque de situações, e por vezes é utilizado sem diferenciar as diversas formas de subalternidade, sendo usados para descrever “a condição de qualquer pessoa que em qualquer modo se sente subordinado, em uma posição de inferioridade ou mesmo de dominação” (BUTTIGIEG, 1999, p. 25).

A partir dos resultados da pesquisa sobre a categoria classes e grupos subalternos de Antonio Gramsci e sua teorização pelo Serviço Social brasileiro (Cf. TOLEDO, 2013), concordamos com Green (2007) que o conceito de subalterno, classes e grupos subalternos, apesar de muito citado, raramente vem definido, analisado de modo sistemático e no contexto da obra de Gramsci; por vezes sendo dispostos de diversos modos, alguns até mesmo contrários ao que ele acreditava, esvaziando o caráter político e revolucionário de seu pensamento (Cf. DEL ROIO, 2007). Diante do exposto, este ensaio versa sobre como o Serviço Social teoriza a categoria classes e grupos subalternos, e para isto, estabelecemos como critério para delimitação do universo de estudo no âmbito do Serviço Social, o parâmetro cronológico de obras e pesquisas sobre a categoria gramsciana “classes e grupos subalternos” nas últimas décadas.

Com relação à teorização da categoria “classes e grupos subalternos” e o Serviço Social brasileiro, adotamos como o critério para a pesquisa, materiais publicados por assistentes sociais que se referenciam no pensamento de Gramsci e que abordam e conceituam esta categoria; para isto, definimos também como campo de pesquisa, as revistas dos Programas de Serviço Social mais bem avaliados⁴ do país.

A partir dos critérios estabelecidos e da pesquisa realizada, foram selecionadas as obras de Yazbek (2003), Cardoso (1995), Abreu (2002) e Simionatto (2009), como obras que apresentam uma teorização da categoria “classes e grupos subalternos” para a leitura reflexiva-crítica, assim como a leitura interpretativa para apreender o que converge e o que diverge na teorização realizada pelas autoras.

Partimos da hipótese que ao identificar como esta categoria é teorizada, seja possível compreendermos a sua importância para o Serviço Social associada ao seu projeto ético-político na afirmação do compromisso com as classes e grupos subalternos, na contribuição estratégica da transformação social. Para isso, o texto está organizado em dois momentos: no primeiro nos dedicamos à apresentação das diferentes formas como esta categoria é teorizada e em seguida apresentamos a unidade presente nas teorizações que as vinculam à superação da subalternidade.

Finalizamos apontando para a necessidade de contextualizar e precisar esta categoria enquanto política do pensamento de Antonio Gramsci vinculada às discussões sobre hegemonia e a superação da subalternidade, assim como sua importância para o Serviço Social.

A teorização da categoria “classes e grupos subalternos” pelo Serviço Social brasileiro

A pesquisa realizada revelou que quatro autoras do Serviço Social brasileiro conceituam ou teorizam a categoria “classes e grupos subalternos” referenciando-se no pensamento de Antonio Gramsci, cujas produções estão de acordo com critérios adotados para a delimitação do objeto de nosso estudo. A partir da leitura reflexiva e interpretativa dos materiais selecionados, evidenciaram-se diferentes ênfases na teorização da categoria como passamos a apresentar.

A primeira autora a teorizar a categoria “classes e grupos subalternos” no Serviço Social brasileiro foi Yazbek⁵ (2003) que recorre às fontes originais do pensamento gramsciano. Sua teorização da categoria toma como ponto de partida o texto “*Alguns temas da Questão Meridional*” escrito por Gramsci em 1926 – seu último ensaio antes de sua prisão, a partir do qual a autora chama a atenção para a abordagem feita pelo autor, sobre os elementos religiosos tradicionais como constitutivos das classes subalternas.

Nos *Cadernos do cárcere* são mencionados iniciando com a nota 48 do *Caderno 3*, intitulado “Passado e presente. Espontaneidade e direção consciente”, na qual Gramsci reporta-se ao elemento da espontaneidade enquanto característico da história das classes subalternas e observa que a espontaneidade pode ser

transformada em direção consciente. É a partir desta nota que a Yazbek reflete sobre a importância da espontaneidade, pois através desta é possível estabelecer o nexos entre o pensar e o agir dos subalternos, que trazem implícitos elementos ideológicos conservadores e tradicionais presentes no senso comum, estes que podem ser transformados em direção consciente.

O *Caderno 25*⁶ dedicado aos subalternos e intitulado por Gramsci como “À margem da história (História dos Grupos Sociais Subalternos)”, é abordado pela autora a partir da formulação gramsciana sobre a unidade orgânica das classes dirigentes no Estado, presente no início do *Caderno*, parágrafo 5 (Critérios de método), discutindo sobre a fragmentação da história das classes subalternas e sua unidade que pode ser facilitada pelos intelectuais e pelo partido político.

Retomando a distinção feita por Marx, entre a classe trabalhadora e exército industrial de reserva, estes que têm em comum a condição de dominação, exploração e exclusão, a autora desenvolve o conceito de inclusão pela exclusão⁷, uma vez que os trabalhadores e aqueles que estão desempregados não conseguem garantir o seu sustento e de sua família, vivem na esfera da necessidade, sendo excluídos do usufruto das riquezas produzidas. E por isto, acabam sendo incluídos na sociedade na condição de subalternos, na condição de pobreza, tendo em comum à dominação, que se manifesta pela existência de uma realidade marcada por códigos que sinalizam a condição subalterna, como “as roupas, a fala, os silêncios, as expressões corporais, linguagens, além do discurso” (YAZBEK, 2003, p. 31).

Seguindo a cronologia dos trabalhos pesquisados temos a teorização da categoria feita por Cardoso (1995)⁸, que inicia suas reflexões precisando os termos “classes sociais” e “consciência de classe”, referenciando-se no pensamento marxiano. A partir dessa perspectiva é observado o processo de organização dos proletários em classe e em partido político, assim como sua constituição enquanto classe revolucionária. Para a autora, a condição de subalternidade está ligada ao lugar ocupado pelos segmentos de classe nas relações de produção na sociedade capitalista, determinando as demais formas de dominação, seja política ou ideológica.

Sobre a categoria “classes e grupos subalternos”, Cardoso se apoia nas análises de Yazbek (2003) e acrescenta que a relação entre as classes dirigentes e as classes subalternas se explicita quando as categorias Estado ou sociedade política e sociedade civil são tomadas dialeticamente. É nesta perspectiva que a questão do partido das classes subalternas presente no *Caderno 25* §5, é abordada, observando que um grupo subalterno exercerá certa hegemonia sobre os demais grupos através do partido político. Nesta direção, a autora

destaca a relevância do proletariado industrial no processo revolucionário para Gramsci, na medida em que este for capaz de estabelecer um sistema de alianças com os demais grupos ou frações de classe contra o capitalismo e o Estado burguês. Por isto, a importância da formação de uma consciência nacional-popular ligada à estratégia da frente única como alternativa de reorganização da sociedade, na qual a hegemonia é fundamental para que as classes subalternas se tornem protagonistas da história, para a reforma intelectual e moral, bem como para a construção de uma nova cultura.

A terceira fonte de pesquisa que se enquadra nos critérios estabelecidos sobre a teorização da categoria “classes e grupos subalternos” está presente nas formulações de Abreu (2002)⁹, que inicia suas análises com a discussão da cultura a partir da formulação gramsciana e do americanismo e fordismo, entendidos como racionalização da produção e formação de uma nova ordem moral e intelectual, necessária ao processo produtivo sob a hegemonia de uma classe.

A concepção de “classes subalternas” para a autora se pauta na construção da frente única (aliança entre operariado e camponeses) para a luta pela hegemonia na Itália no início do século XX, quando a passagem das classes subalternas à classe hegemônica é desenvolvida pelo pensamento de Gramsci, considerando o domínio e a direção intelectual e moral pelas classes dominantes.

Para conceituar “classes e grupos subalternos” a autora parte das formulações já realizadas por Yazbek (2003) e Cardoso (1995) e acrescenta que esta categoria abrange as várias situações de exploração e dominação, ampliando suas reflexões para o campo da cultura, como elemento fundamental para emancipação destas classes e para a elaboração de uma nova cultura e vontade coletiva. Por isto, afirma que a conquista da hegemonia pelas classes subalternas é entendida enquanto direção intelectual e moral e de domínio político, e representa o momento em que estas classes passam dos interesses econômicos corporativos e alcançam “uma homogeneidade entre infraestrutura e superestrutura” (ABREU, 2002, p. 28).

É a partir da formulação gramsciana de que “toda relação de hegemonia é fundamentalmente uma relação pedagógica” (GRAMSCI, 2011, p. 399), que a autora observa a importância dos intelectuais enquanto mediadores (função esta em que se inserem os assistentes sociais), na formação de um modo de vida e de uma cultura voltados à racionalização do processo produtivo, o qual é marcado pelo conformismo social, base de uma cultura subalternizante. É a partir destas reflexões que a autora fundamenta sua tese sobre as funções pedagógicas dos assistentes sociais¹⁰, que são determinadas pelos vínculos que a profissão estabelece

com as classes sociais, remetendo, desse modo, a organização da cultura enquanto elemento integrante das relações de hegemonia.

Por fim, na sequência das autoras que teorizam a categoria “classes e grupos subalternos”, temos o trabalho de Simionatto (2009)¹¹. Suas análises tomam por ponto de partida o uso do termo “subalterno” por Gramsci, em seus escritos pré-carcerários, ao refletir sobre a submissão de uma pessoa a outra, relacionado à hierarquia militar. Salienta que nos Cadernos do cárcere o termo é ampliado, comparecendo ligado às categorias gramscianas como Estado ampliado, Sociedade Civil, hegemonia, ideologia, cultura e filosofia da práxis.

Os seis pontos de estudos propostos por Gramsci no Caderno 25 §5 são considerados enquanto mediações para o estudo das classes subalternas e remetem às reflexões gramscianas sobre subalternidade, que dialeticamente estão interligados à construção de seu pensamento. Simionatto distingue o uso feito da categoria na atualidade, ligado às condições de vida, à exploração e a falta de recursos para a sobrevivência, além do sentido atribuído por Gramsci a esta categoria conjugada aos processos de dominação e obtenção da hegemonia na sociedade. Deste modo, a partir da formulação do conceito de Estado, enquanto lugar de dominação e da unidade das classes dirigentes, que são analisadas as relações orgânicas entre o Estado ou sociedade política e sociedade civil, fortalecendo a hegemonia política das classes dominantes através da formação da opinião pública pelos aparelhos privados de hegemonia, processo este que contribui para fragmentação das classes e grupos subalternos e para o reforço do conformismo por meios não violentos. Nesse sentido, a autora aborda o aspecto religioso, que já era observado por Gramsci com relação à Itália no início do século XX e que nos dias atuais extrapola o catolicismo e é observável em escala global.

O senso comum é abordado pela autora enquanto concepções de mundo fragmentadas e desagregadas que permeia o ambiente cultural e a política; no entanto, “o senso comum das classes dominantes, atua como força ideológica, desmobilizadora das iniciativas críticas advindas das camadas subalternizadas” (SIMIONATTO, 2009, p. 43). É nesta perspectiva que a autora observa que o senso comum e a filosofia são considerados por Gramsci como aspectos de um mesmo fenômeno, pois operam a ligação ideológica com o mundo, de modo que ambos se caracterizam constitutivos das relações de poder. Por isso, sua crítica é fundamental para a formação de uma nova vontade coletiva e superação da velha ordem, sendo o senso comum o ponto de partida para a formação do bom senso e unificação das classes subalternas.

O contraste entre o pensar e o operar é abordado enquanto próprio das classes subalternas e indica a existência de duas concepções de mundo, de modo que uma classe social por vezes toma para si uma concepção de mundo que não é sua. A busca pela unidade entre o pensar e o operar, como observa Simionatto (2009), significa para Gramsci uma ampla luta de hegemonias; primeiro no campo da ética, passando pela política e atingindo uma concepção superior da concepção do real. Neste sentido, a transformação do senso comum em bom senso se dá por meio da filosofia da práxis, que para Gramsci conduz a uma concepção de vida superior, buscando construir um bloco intelectual-moral e um progresso intelectual de massa, e não apenas restrito a um pequeno grupo de intelectuais, pois através da teoria é possível tornar a prática homogênea, coerente e eficiente.

É nesse contexto que, segundo Simionatto (2009, p. 45), insere o papel dos intelectuais que por meio da filosofia da práxis podem construir uma “consciência crítica e histórica de uma classe social”; por isto, ressalta a autora a importância da relação entre os intelectuais e os simples, o que pode possibilitar a construção de uma nova concepção de mundo e sua difusão. Ou seja, o senso comum pode ser transformado em uma concepção de mundo coerente, evidenciando a importância da cultura para Gramsci, que está ligada a organização das classes subalternas e sua unificação, abrindo deste modo caminhos para a construção de uma vontade coletiva, crítica às concepções de mundo oficiais.

A autora ressalta que a questão da cultura para Gramsci está ligada à emancipação das classes subalternas, sendo necessária uma reforma intelectual e moral, uma nova cultura, entendida como a difusão e socialização das verdades já descobertas. Entretanto, a batalha cultural para a construção da hegemonia é abordada enquanto conquista do consenso e direção político-ideológica por parte das classes subalternas, uma vez que a luta pela hegemonia não se trava apenas nas instâncias econômicas e políticas, mas remetem à esfera da cultura. A elevação cultural das massas tem para as formulações gramscianas uma importância decisiva para a libertação da pressão ideológica das classes dirigentes.

Na análise realizada, observa-se que as abordagens da categoria “classes e grupos subalternos” pelas autoras pesquisadas diferem quanto aos referenciais e categorias do pensamento gramsciano adotadas; não se constitui enquanto abordagens contraditórias, ao contrário, observa-se um desenvolvimento na forma como rastreiam e relacionam esta categoria com as demais categorias e conceitos presentes nos Cadernos do cárcere. Fato este, que deve ser compreendido se considerarmos os determinantes históricos do

desenvolvimento dos estudos desta categoria por parte do *Subaltern Studies* e de autores da tradição gramsciana, bem como o processo de chegada e apropriação¹² do pensamento de Gramsci no Brasil e pelo Serviço Social.

A superação da subalternidade

Apesar das diferentes formas de teorizar a categoria “classes e grupos subalternos” a partir do referencial gramsciano, os resultados da pesquisa realizada evidenciam a convergência das reflexões das autoras, pois todas relacionam a superação da subalternidade como uma perspectiva estratégica do Serviço Social no Brasil.

O enfrentamento e a busca da superação da subalternidade para Yazbek (2003) podem ser encontradas nos movimentos sociais, nas lutas que envolvem a população brasileira, nos partidos e nas práticas de contestação e resistência à dominação. Por isto, a autora ressalta a importância da coletividade, esta que é criada a partir do reconhecimento mútuo dos subalternos, da consciência de que são iguais na pobreza, na exclusão e na subalternidade, de modo que a partir da coletividade, se coloca a questão da cidadania em outro patamar no qual as classes subalternas se reconheçam como sujeitos políticos e portadores de um projeto de classe.

Nessa perspectiva, afirma que a política de Assistência Social pode se constituir em um meio de superação da subalternidade, na medida em que ela se configurar como espaço de reconhecimento das demandas dos subalternos, na relação entre usuários e profissionais (Cf. YAZBEK, 2003). A mediação social efetivada pelos assistentes sociais pode amortecer as tensões sociais e, ao mesmo tempo, apoiar o enfrentamento da subalternidade e a organização dos usuários em suas lutas e resistências cotidianas.

A autora reafirma que sendo a subalternidade histórica, seu enfrentamento exige a superação do caráter episódico e desagregado das lutas e revoltas das classes subalternas, o que pressupõe sua unificação e a conscientização de que a exploração material e a dominação cultural que vivenciam, são comuns.

Para Cardoso (1995) a superação da subalternidade se relaciona com a construção de uma ideologia, de uma nova ordem social, de uma direção consciente para a conquista da hegemonia pelas classes subalternas e o rompimento da dominação ideológica. Nesse sentido, para a passagem das classes subalternas à posição hegemônica, é necessária uma nova cultura, uma concepção de mundo próprio das classes subalternas que tenha a organização

como exigência fundamental. Pois, é na luta organizada que os subalternos elevam sua consciência e sua solidariedade, constituindo-se em sujeitos; de modo que é através da organização e da consciência de classe que a unificação das classes subalternas pode ser construída.

A hegemonia das classes subalternas, para a autora, não é algo que se resolva sem um núcleo organizatório, capaz de desenvolver uma política pedagógica com a participação das massas e que unifique as experiências de cada um dos setores das classes subalternas em uma alternativa política; mas para isto se faz necessário à organização e a consciência de classe, que são condições necessárias para a conquista da hegemonia. É nesta perspectiva que a autora coloca a organização das classes subalternas como um grande desafio para o Serviço Social, uma vez que, para ela, o seu “vínculo histórico com segmentos dessas classes e no âmbito de sua intervenção, deve favorecer esses vínculos, desenvolvendo um projeto profissional de apoio aos interesses desses segmentos, enquanto interesses de classes” (CARDOSO, 1995, p. 263).

A superação da subalternidade para Abreu (2002), passa pela possibilidade de construção pelo Serviço Social de uma pedagogia emancipatória, que proponha a construção de estratégias de mobilização e organização das classes subalternas, de uma cultura contraposta à cultura dominante, buscando a unidade entre o agir e o pensar, para a construção de um novo homem, com uma nova subjetividade e normas de conduta.

A autora destaca a solidariedade e a colaboração intraclasses subalternas, bem como sua mobilização, capacitação e organização, como elementos do princípio educativo da pedagogia emancipatória para a formação de um novo conformismo proposto pelos trabalhadores; fundado na crítica e superação da sociedade capitalista por meio de um projeto societário revolucionário. Projeto este que pressupõe um trabalho de crítica ao pensamento tradicional e a elaboração e difusão de uma nova concepção de mundo, que se objetiva na formação de uma vontade coletiva como expressão de uma reforma intelectual e moral, para a construção da hegemonia das classes subalternas.

Por fim, Simionatto (2009) afirma que para a superação da subalternidade nas sociedades ocidentais, é necessária a conquista da hegemonia e a construção de uma vontade coletiva, através de uma reforma intelectual e moral. Nesse sentido, observa que a hegemonia é o resultado das iniciativas de um complexo de organizações que disseminam sua concepção de mundo na sociedade; contudo, este processo não está restrito aos valores das classes dominantes, mas apontam

para a possibilidade de construção pelos grupos dominados de uma contra-hegemonia, o que nos marcos do pensamento de Gramsci exige uma elaboração crítica e coerente da realidade através da filosofia da práxis.

A partir do contato entre filosofia e senso comum, ressalta a autora, é possível a construção de uma nova concepção de mundo e de um novo senso comum, como caminho para a construção da hegemonia. Por isso, a importância dos intelectuais na construção de uma consciência crítica e histórica das classes subalternas através da filosofia da práxis e da sua relação com os simples. Nesse sentido, a centralidade da batalha cultural para a construção da hegemonia, enquanto conquista do consenso e direção político-ideológica por parte das classes subalternas, se baseia em uma proposta transformadora de sociedade com a participação da população; da elevação do ponto de vista dos grupos subalternos, de modo a superar os interesses particulares, articulando-os com uma vontade coletiva nacional-popular.

Cultura e política como observa a Simionatto se relacionam na perspectiva da transformação social e, nesse sentido, os sujeitos coletivos podem fazer frente à cultura dominante, por meio de práticas concretas nos partidos, sindicatos, movimentos sociais e engajamentos em suas lutas cotidianas. A superação do senso comum através de um pensamento crítico e histórico pelas classes subalternas só pode ser construído a partir das lutas, dos problemas vividos e das contradições materiais da vida prática destas classes, como possibilidade de enfrentamento à hegemonia capitalista contemporânea.

Ainda para Simionatto (2009), o caminho para afirmar a autonomia e construção de projetos societários que rompem com a hegemonia burguesa pode se dar com a recuperação das formas de adesão, ativa ou passiva, das classes subalternas e com a caracterização de suas reivindicações e lutas que podem ser travadas com outros institutos organizativos da sociedade civil.

Assim, a superação da subalternidade pode se dar quando se adquire a consciência do próprio operar, de sua posição de classe, a natureza das hierarquias sociais e políticas, o que possibilita elaborar uma nova concepção de política, de Estado, de sociedade, superando a concepção de mundo imposta pelas classes dominantes, pela transformação da espontaneidade em uma visão de mundo coerente e crítica por meio da direção consciente.

Considerações finais

A partir do estudo realizado, observamos que no Serviço Social brasileiro teoriza a categoria gramsciana das “classes e grupos subalternos” tendo como fio condutor a superação da subalternidade, esta que é relacionada ao Projeto Ético-Político da Profissão na reafirmação do compromisso com as classes e grupos subalternos e na contribuição estratégica de transformação social.

Quanto às divergências apresentadas no que se refere à teorização da categoria, é preciso considerar que: Yazbek (2003), Cardoso (1995) e Abreu (2002) não tinham como objetivo nos seus trabalhos de aprofundar a discussão sobre a categoria das “classes e grupos subalternos”, mas buscaram conceituar esta categoria a partir do pensamento de Gramsci para fundamentar as reflexões que seguiriam, seja sobre o Serviço Social ou sobre a ação assistencial, diferente da abordagem de Simionatto (2003) que dedica suas reflexões exclusivamente a teorização desta categoria. Deste modo, é possível compreender o desenvolvimento, amadurecimento e complementariedade da teorização desta categoria pelas autoras estudadas.

O estudo revelou, ainda, a importância da distinção entre os termos subalterno, subalternidade e a categoria gramsciana “classes e grupos subalternos”, assim como evidenciou a necessidade de distinção dos vários níveis de subalternidade, de modo que esta categoria não seja tratada de forma genérica; o que pode reduzir a sua riqueza analítica e o seu caráter político.

O problema central para Gramsci é como colocar fim à subalternidade, que só pode ser superada através de um longo processo de luta, sendo necessário compreender o que torna resistente e ao mesmo tempo flexível ao processo de dominação. Por isto, torna-se imprescindível a apreensão da historicidade da categoria “classes e grupos subalternos”, enquanto categoria política nos marcos da tradição marxista de transformação da sociedade capitalista.

Destacamos ainda a importância do uso da categoria ser acompanhada de sua conceituação, para não vulgarizar o seu uso e não esvaziar o seu sentido político, de modo que a compreensão da hegemonia enquanto totalidade é essencial para não reduzir a categoria “classes e grupos subalternos” a análises culturais que desconsideram a relação capital versus trabalho como fundamento da questão social.

Parafraseando Gramsci (2011), esperamos que as análises aqui realizadas não tenham um fim em si mesmas, pelo contrário, adquiram um significado para justificar uma atividade prática voltada para a superação da subalternidade.

Referências

ABREU, M. M. *Serviço Social e a organização da cultura: perfis pedagógicos da prática profissional*. São Paulo: Cortez, 2002.

BUTTIGIEG, J. A. Sulla Categoria gramsciana di “subalterno”. In: BARATTA, G.; LIGUORI, G. (Orgs.). *Gramsci da un secolo all’altro*. Roma: Editori Riunit, 1999. p. 27-38.

CARDOSO, F. G. *Organizações das classes e grupos subalternos: um desafio para o Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 1995.

DEL ROIO, M. Gramsci e a emancipação do subalterno. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, n. 29, p. 63-78, nov. 2007.

GRAMSCI, A. *A questão meridional*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1987.

_____. *Cadernos do Cárcere - Volume 1: introdução ao estudo da filosofia. A filosofia de Benedetto Croce*. 5 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

GREEN, M. E. Sul concetto gramsciano di “subalterno”. In: VACCA, G.; SCHIRRU, G. (Orgs.). *Studi gramsciniani nel mondo 2000-2005*. Mulino (Bologna): Società Editrice il Mulino, 2007.

LIGUORI, G. Tre accezioni di “subalterno” in Gramsci. *Critica Marxista*, Roma, n. 6, p. 33-41, 2011. Disponível em: <<https://criticamarxista.net/>>. Acesso em: 14 jun. 2012.

MARTINS, J. de S. *Caminhada no chão da noite: emancipação política e libertação nos movimentos sociais do campo*. São Paulo: Hucitec, 1989.

SIMIONATTO, I. Classes subalternas, lutas de classe e hegemonia: uma abordagem gramsciana. *Revista Katálysis*, Florianópolis/SC, v. 12, n.1, p. 41-49, 2009.

_____. *Gramsci: sua teoria, incidência no Brasil, influência no Serviço Social*. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

TOLEDO, A. F. de. *A categoria classes e grupos subalternos de Antonio Gramsci e sua teorização pelo Serviço Social brasileiro*. 2013. Tese (Doutorado em Serviço Social). Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2013.

YAZBEK, M. C. *Classes subalternas e assistência social*. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2003. (1 ed. 1993).

Notas

- 1 Esta pesquisa é parte da tese apresentada junto ao Programa de Estudos Pós Graduados em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) intitulada: *A categoria classes e grupos subalternos de Antonio Gramsci e sua teorização pelo Serviço Social brasileiro* (2013) e recebeu apoio de fomento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).
- 2 Graduado em Filosofia pela Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia /MG e em Serviço Social pela Faculdades Metropolitanas Unidas (FMU). Mestre e Doutor em Serviço Social e Pós-doutorado em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), sob a supervisão da Dra. Maria Carmelita Yazbek. E-mail: alextoledope@hotmail.com
- 3 O *subaltern Studies* tem como seus principais expoentes Ranajit Guha e Gayatri Chakravorty Spivak autora do livro “*Can the subaltern speak?*”, considerado um texto fundamental sobre o pós-colonialismo. Para aprofundamentos ver Liguori (2011), Grenn (2007) e Del Roio(2007).
- 4 Deste modo definimos o campo de pesquisa em livros publicados e seguintes revistas: Revista *Temporalis* - editada pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS); Revista *Serviço Social e Sociedade* – da Editora Cortez; Revista *Katálysis* - produzida pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC); Revista *Políticas Públicas* - do Programa de Estudos Pós-Graduados da Universidade Federal do Maranhão (UFMA) e a Revista *Praia Vermelha* - publicação do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).
- 5 Em 1993, pelo Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social da PUC-SP, é defendida a tese da Prof.^a Dr.^a Maria Carmelita Yazbek, intitulada *Classes Subalternas e Assistência Social*, que tem como objetivo compreender as marcas que a ação assistencial deixa sobre o segmento das classes subalternas que a ela recorrem, fazendo interlocução com as análises sobre a pobreza brasileira e seu enfrentamento pela via das políticas sociais públicas, com ênfase na ação assistencial do Estado.
- 6 O Caderno 25 é composto pelas seguintes notas: §1 David Lazzaretti; §2 Critérios metodológicos; §3 Adriano Tilgher, Homo faber. Storia del concetto del lavoro nela civiltà occidentale; §4 Algumas notas gerais sobre o desenvolvimento histórico dos grupos sociais subalternos na Idade Média e em Roma; §5 Critérios de método; §6 Os escravos em Roma; §7 Fontes indiretas. As “utopias” e os chamados “romances filosóficos”; §8 Cientificismo e sequelas do baixo romantismo.
- 7 A autora também faz referência em Martins (1989) para teorizar a categoria classes e grupos subalternos que ao abordar a emancipação política e libertação dos movimentos sociais do campo, se pauta no conceito de classes subalternas, mas através de fontes indiretas do pensamento gramsciano.

- 8 Em 1994, pelo Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social da PUC-SP, é defendida a tese da Profª Drª Franci Gomes Cardoso, intitulada *Organização das classes subalternas: um desafio para o Serviço Social*, em que a autora busca apreender em que medida as formas de organização das classes subalternas no país, através da luta partidária, da organização sindical e popular, manifestam-se como expressão da consciência de classe.
- 9 Em 2001, a Profª Drª Marina Maciel Abreu defende na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo sua tese intitulada *Serviço Social e a organização da cultura: perfis pedagógicos da prática profissional*, pelo Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social, tendo como objetivo apreender a função pedagógica do assistente social a partir dos processos de organização da cultura e os elementos constitutivos das relações de hegemonia.
- 10 A partir dessa compreensão, a autora identifica três perfis pedagógicos do Serviço Social brasileiro, fundados na pedagogia da ajuda, na pedagogia da participação e na pedagogia da emancipação das classes subalternas. Esta última surgida nos marcos do Movimento de Reconceituação do Serviço Social brasileiro ligado aos interesses das classes subalternas.
- 11 Em artigo intitulado “Classes subalternas, luta de classe e hegemonia: uma abordagem gramsciana”, publicado em 2009 na revista *Katálisis*, da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina, a Profª Dra Ivete Simionatto recupera a discussão sobre as classes subalternas, a partir das fontes gramscianas e sua relação com as demais categorias de seu pensamento, apontando para alguns elementos como subsídios à discussão das formas de subalternidade presentes na realidade contemporânea e as possibilidades de fortalecimento das lutas das classes subalternas.
- 12 Para aprofundamentos sobre a recepção e apropriação do pensamento de Gramsci no Brasil e no Serviço Social ver Simionatto (2011).

Artigo recebido em julho de 2017 e aceito para publicação em agosto de 2017.